

O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia*

STÉPHANE GRANGER**

RESUMO

A imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana francesa, próximo do rio Amazonas, provocou três séculos de rivalidade até a arbitragem internacional de 1900 dando razão ao Brasil. O conflito e a história dolorosa não assumida até hoje na Guiana francesa explicam o longo afastamento que conheceu esse departamento francês de ultramar em relação ao Brasil, com o qual a França sempre compartilhou relações calorosas, mas que nunca passaram pela Guiana, apesar da fronteira com o Brasil constituir a maior fronteira terrestre da França.

Palavras-chave: fronteira, Amapá, Guiana francesa.

ABSTRACT

The imprecision of the boundary between Brazil and French Guiana near of the Amazon River induced three centuries of struggle until the international sentence of 1900 favorable to Brazil. The conflict and the painful history not assumed yet in French Guiana explain the long isolation of this French oversea department from Brazil, in spite of this state always maintained cordial relationship with France. But these relations never get through French Guiana, in spite of the boundary with Brazil being the longest in France.

Keywords: boundary, Amapá (Brazil), French Guiana.

* Este texto é a tradução e a adaptação à um público brasileiro de um artigo publicado na revista francesa *Outre-Mers* n° 372-373, Paris, 2° semestre de 2011, p 157-177: "Le Contesté franco-brésilien : enjeux et conséquences d'un conflit oublié entre la France et le Brésil." Foram feitas algumas alterações, principalmente no final para analisar a atual situação das relações entre o Brasil e a Guiana francesa.

** Doutor em geografia pela universidade de Paris 3 Sorbonne-Nouvelle, (IHEAL, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine). granger.stephane@orange.fr

Poucos franceses sabem que a maior fronteira do seu país está com o Brasil: 730 quilômetros estão separando o departamento francês (de ultramar) da Guiana francesa do estado do Amapá. Acontece que a França e o Brasil desde sempre compartilham uma fascinação mútua como mostrou recentemente o sucesso do “ano do Brasil na França” e do “ano da França no Brasil”. Mas essa atração mútua não se encontra na fronteira comum, já que a Guiana francesa, parte integrante do território francês, constitui um prolongamento territorial por cima do oceano. E durante muito tempo os franco-guianenses mais temeram do que admiraram o Brasil como na metrópole francesa, enquanto o Brasil temia do seu lado a presença de franceses tão próximos da foz do rio Amazonas. Por isso a fronteira foi durante muito tempo indecisa e contestada, provocando uma história dolorosa para as populações locais: o problema do Território Contestado franco-brasileiro só foi resolvido em 1900 com uma arbitragem suíça a favor do Brasil.

Agora, às vésperas da inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque, ligando Guiana Francesa e Amapá, enquanto a população brasileira no departamento francês provavelmente esteja ultrapassando os 10 % da população total, parece útil mergulhar novamente nessa história ainda ignorada. Isso a fim de estudar, entre mitos, obsessões e realidade, e cruzando as fontes historiográficas francesas como brasileiras, por que este conflito durou tanto tempo apesar das boas relações que sempre mantiveram a França e o Brasil, quais foram os alvos, desafios e objetivos para esses dois estados, e as consequências na Guiana francesa, única parte da França fronteiriça do Brasil, e que sempre pareceu afastada do resto do mundo sul-americano.

UM CONFLITO FONTEIRIÇO DE NATUREZA COLONIAL

Uma fronteira mal definida

Devido à rivalidade entre espanhóis e portugueses nos grandes descobrimentos do século XV, e para evitar um conflito entre duas potências cristãs, o papa Alexandre VI pelo tratado de Tordesilhas dividiu o futuro Novo Mundo em 1494, sem saber, na altura da foz do Amazonas (doc. 1). No Oeste, a região das Guianas entre Orinoco e Amazonas encontrava-se na parte atribuída aos espanhóis, só que esses, mais interessados pelas riquezas do México e do Peru, desprezaram essa terra cujo litoral era inóspito demais. Os portugueses, conformando-se a esta bula papal, não ultrapassaram o Amazonas quando descobriram e começaram a explorar o Brasil a partir de 1500. As potências europeias excluídas do tratado (França, Inglaterra e Países Baixos) aproveitaram para apoderar-se desta porção da América do Sul assim esquecida pelos reinos ibéricos. No final do século XVII, aproveitando a indiferença espanhola em relação às Guianas, a soberania dos europeus do noroeste impôs-se definitivamente na parte setentrional, permitindo a criação das Guianas britânica, holandesa e francesa¹.

Esta era a mais próxima do rio Amazonas e, portanto, da América portuguesa, mas o limite entre as duas colônias não era demarcado: o rei da França considerava que sua soberania exercia-se entre os rios Orinoco e Amazonas, isto é a totalidade das Guianas litorais, mas os portugueses, vassalos do rei da Espanha entre 1580 e 1640, receberam deste último a capitania do Cabo do Norte até o rio Oiapoque, limite do povoamento francês, na parte antigamente atribuída aos espanhóis pelo papa. As duas soberanias sobrepunham-se, e numerosos conflitos violentos ocorreram entre religiosos, caçadores de escravos e soldados

1 DEVEZE, Michel. *Antilles, Guyanes, la mer des Caraïbes de 1492 à 1789*. Paris: SEDES, 1977.

franceses e portugueses durante o século XVII. À procura de boa vizinhança, os soberanos francês e português, após um primeiro tratado de neutralização em 1700, aceitaram como fronteira, no tratado de Utrecht em 1713, um rio “Japoc ou Vicente Pinção” nunca localizado com precisão, já que vários rios tinham esses topônimos em mapas ainda não muito precisos. Para os portugueses, só podia tratar-se do rio Oiapoque, o que negavam os franceses, para os quais este rio devia corresponder a outros mais próximos do cobiçado Amazonas: reivindicaram em primeiro lugar o Cassiporé, o Calçoene e finalmente, influenciados pelo cientista La Condamine, que tinha percorrido a região, o Araguari, que deságua no estuário do Amazonas (doc. 3), enquanto o tratado reconhecia a plena soberania deste aos portugueses junto com o Cabo do Norte².

As vitórias dos franceses nas guerras revolucionárias e napoleônicas lhes permitiram impor aos portugueses a fronteira no rio Calçoene no tratado de Paris em 1797, depois no rio Araguari em 1801 pelo tratado de Badajós confirmado pelo tratado de Amiens em 1802. Porém, a fraqueza de suas instalações na região seria uma forte desvantagem frente aos portugueses, aliado aos ingleses na luta contra o imperador dos franceses, Napoleão 1°.

De fato, quando as tropas napoleônicas do general Junot invadiram Portugal em 1808, o regente D. João e a Corte refugiaram-se na capital da próspera colônia brasileira, Rio de Janeiro. Apoiado pela Inglaterra, que desejava dominar todo o Caribe, e percebendo a fraqueza da vizinha colônia francesa, o regente de Portugal, que pouco tempo depois se tornaria o rei D. João VI, teve a ideia de invadir a Guiana francesa, tanto para vingar a invasão da metrópole portuguesa como para fixar definitivamente a fronteira setentrional no rio Oiapoque. Facilmente conquistada em 1809, a Guiana francesa não foi anexada ao Brasil, mas somente ocupada na espera de uma possível restituição futura, o que não era aceito unanimemente pelos portugueses. A queda de Napoleão 1° em 1815 permitiu a restituição da Guiana à França pelo tratado de Paris em 1817, que colocava claramente a fronteira no rio Oiapoque, desta vez com dados geográficos precisos. O limite entre as duas colônias parecia assim definitivamente estabelecido e aceito. Mas os franceses, recuperando uma Guiana que sem o acesso ao Amazonas tinha pouco interesse, aproveitaram-se dos tumultos que se seguiram à independência do Brasil em 1822 para tentar novamente estender-se até o Araguari³.

Neutralização do Território Contestado

Em 1840 os franceses construíram um forte na margem direita do Oiapoque, isto é, em território oficialmente brasileiro, para proteger a Guiana francesa dos tumultos decorrentes da revolução da Cabanagem no Pará. O Brasil reagiu com a implantação da colônia militar D. Pedro II na margem do rio Araguari, que os franceses reclamavam como limite, o que foi considerado como uma agressão. O risco de guerra entre um velho reino com objetivos colonialistas e um jovem império ainda mal afirmado e afetado por movimentos separatistas no Sul e no Norte, provocou uma mediação britânica: a Inglaterra, por sua vez, também tinha uma área fronteiriça contestada com o Brasil, mais especificamente no Pirara, limite entre a Guiana britânica o território brasileiro no norte. França e Brasil aceitaram então o desmantelamento dos seus fortes, e o imperador D. Pedro II também aceitou a neutralização do território reclamado pelos franceses entre Oiapoque e Araguari, na espera de negociações

2 HURAUULT, Jean. *Français et Indiens en Guyane*. Caiena: Guyane Presse diffusion, 1989, p. 51; e REIS, Artur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira, a fronteira colonial com a Guiana francesa*. Belém: Secult, 1993, p. 127.

3 LONCAN, Andrée. Le rideau de l'Amazone, in: HUYGUES-BELROSE, Vincent (dir.), *La Grande Encyclopédie de la Caraïbe*. Paris: Sanoli, 1990, p. 96.

para a delimitação definitiva⁴. Essa repentina conciliação brasileira pode surpreender, pois o tratado de Paris de 1817 não trazia ambigüidade em relação ao Oiapoque como fronteira, mas o governo brasileiro, apesar de suas vantagens para vencer diplomaticamente o litígio, preferiu adiar a resolução desse problema territorial, tendo em vista os conflitos internos que, naquele momento, ameaçavam o Império (como a Cabanagem e a Farroupilha).

De 1841 a 1900 o território da província do Pará entre os rios Oiapoque e Araguari, chamado "Contestado franco-brasileiro", neutralizado, portanto não pertencendo oficialmente a nenhum dos dois pretendentes, passou a ser administrado por alguns funcionários, mas acima de tudo por chefes autoproclamados vindos dos dois países na espera de uma solução definitiva⁵. Mas a situação ficou em um *status quo* depois da recusa do imperador dos franceses, Napoleão III, de aceitar uma solução intermediária proposta pelo Brasil em 1855: a divisão do Contestado entre os dois pretendentes à altura do rio Calçoene, isto é, a fronteira do tratado de Paris em 1797⁶. Os franceses não queriam alargar a Guiana francesa com um pantanal insalubre, só importava o acesso ao Amazonas permitido pelo Araguari, o que obviamente queriam evitar os brasileiros.

Do agravamento do conflito à arbitragem

Percebendo a fraqueza do povoamento francês, enquanto este território ainda inexplorado servia como refúgio a numerosos brasileiros, exploradores franceses como Coudreau e Brousseau percorreram a região nos anos de 1880 sob o pretexto de missões científicas, a fim de favorecer uma colonização de povoamento oficialmente proibida pelo acordo de neutralização de 1841⁷. Mas a efêmera tentativa de independência, promovida por Coudreau, da república de "Guyane indépendante" em Cunani, uma aldeia próxima de Calçoene, e que se proclamou vassala da República francesa em 1886, fracassou devido à falta de apoio francês: as autoridades francesas não queriam desagradar a um Brasil que parecia estar numa posição mais favorável para futuras negociações⁸. Mas a república de Cunani, em apenas um ano de existência, teve o tempo de emitir selos e moeda, e de procurar apoios diplomáticos inclusive dos Estados Unidos, que se mostraram interessados, constituindo assim uma primeira tentativa de soberania na região das Guianas opondo-se às lógicas das grandes potências. Enquanto Coudreau, desaprovado pela França, morreu alguns anos mais tarde numa expedição ao serviço do Brasil, que lhe parecia mais reconhecer seus méritos.

Por falta de prioridade o *status quo* parecia perdurar, quando ocorreu em 1894 a descoberta de jazidas auríferas na região do Calçoene, que atraiu milhares de garimpeiros oriundos da Guiana e das Antilhas francesas e britânicas, restabelecendo o equilíbrio demográfico a favor dos franceses (os Antilheses britânicos da ilha de Santa-Luzia sendo de cultura crioula francesa⁹) na parte ocidental do Contestado, isto é, entre os rios Oiapoque e Calçoene¹⁰. Os tumultos e brigas étnicas (crioulos franceses e, às vezes, índios contra

4 CERVO, Amado Luís. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: UnB, 1981; e TOUCHET, Richard. *Le contesté franco-brésilien, de la découverte de l'or dans le Carsewène à l'arbitrage de 1900 : les répercussions en Guyane française*. Dissertação de história, Fort-de-France: Universidade das Antilhas e da Guiana, 1993.

5 TOUCHET, op. cit., p. 8.

6 RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, barão de. *Frontières entre le Brésil et la Guyane française, 1er et 2ème mémoires du Brésil*. Paris: Imprimerie Nationale e Berna: Imprimerie Staempfli, 1899.

7 LEZY, Emmanuel. *Guyane, de l'autre côté des images*. Paris: L'Harmattan, 1989.

8 Arquivo departamental da Guiana francesa, série D2 (Contestado franco-brasileiro)

9 A ilha antigamente francesa de Santa Luzia, no Caribe ao sul da Martinica, foi presa pelos ingleses durante as guerras napoleônicas. Mas o povo nativo ficou com a cultura crioula francesa até hoje, apesar da língua oficial ser o inglês. Tornou-se independente do Reino-Unido em 1979.

10 LONCAN, op. cit., p. 99; e TOUCHET, op. cit.

brasileiros¹¹) chegaram ao ponto máximo com a prisão por uma milícia brasileira, em maio de 1895, do responsável francês de Calçoene, Trajano Bentes, um ex-escravo brasileiro fugido do Pará e que se tinha posto a serviço dos franceses. Essa milícia, dirigido por Francisco Xavier da Veiga Cabral, levou Trajano, acusado de ter rasgado a bandeira brasileira, até a aldeia majoritariamente brasileira de Mapá para julgá-lo por traição¹². Aparentemente por uma iniciativa própria, o governador da Guiana Francesa, Charvein, julgando a França assim ofendida, mandou um destacamento militar para soltá-lo, enquanto não tinha competência para interferir no Território Contestado: este era da competência do Ministério dos Assuntos Exteriores e não da Marinha e das Colônias, autoridade de tutela do governador¹³. Trajano foi solto pelos soldados franceses, mas a operação tirou a vida de sete deles, inclusive o comandante do destacamento, o capitão Lunier, enquanto cerca de quarenta moradores da aldeia foram mortos pelos franceses em retaliação (tese brasileira¹⁴), ou em combate decorrente de uma emboscada (tese francesa¹⁵).

O escândalo internacional que decorreu deste evento levou a França a aceitar, em 1897, a proposta brasileira de uma arbitragem internacional para resolver o litígio, e a Suíça foi escolhida e aceita por ambas as partes: não se tratava de uma potência colonial, era europeia como a França, mas era o país de origem do famoso cientista Emílio Goeldi que sempre apoiou o Brasil neste litígio¹⁶. Em 1900, o presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser atribuiu o Território Contestado ao Brasil, reconhecendo definitivamente o Oiapoque como fronteira¹⁷. O julgamento foi aceito sem condições pela França, e, aliás, numa total indiferença da população como da imprensa¹⁸. Dois séculos de luta para o estabelecimento de uma fronteira assim terminaram, mas por que é que este problema, envolvendo duas nações que sempre tiveram fortes laços históricos, afetivos e culturais, demorou tanto?

OS DESAFIOS ECONÔMICOS E CULTURAIS

O desafio maior: o acesso ao rio Amazonas

O agravamento do problema, e o fato dele não ter evoluído em conflito armado salvo o caso de Mapá, explicam-se em primeiro lugar pela falta de prioridade daquela região para ambas as nações. Sobretudo para a França, mais preocupada pela perda da Alsácia e da Lorena depois da guerra contra a Alemanha (Prússia) em 1871, além do caso Dreyfus¹⁹, e que mais via seu futuro colonial na África ou na Indochina do que numa Amazônia considerada insalubre na Metrópole. No Brasil, a preocupação maior era o reforço da fronteira meridional e o litígio com Argentina, apesar do interesse estratégico do Amazonas ter sido bem percebido.

11 Arquivo departamental da Guiana francesa, Fonds Lohier, série 8M (Contestado franco-brasileiro).

12 MEIRA, Sílvio. *Fronteiras sangrentas, os heróis do Amapá*. Rio de Janeiro: Gráfica Ltda, 1975, p. 60.

13 Arquivo departamental da Guiana francesa, Série D2 (Contestado franco-brasileiro).

14 Entre outros, MEIRA, op. cit.; e RAIOL, Osvaldino. *A utopia da terra na Amazônia (a geopolítica no Amapá)*. Macapá: Gráfica Ltda, 1992.

15 Arquivo departamental da Guiana, série D2 (Contestado franco-brasileiro); e TOUCHET, op. cit.

16 GOMES, Flávio dos Santos, QUEIROZ, Jonas Marçal de, COELHO, Mauro Cezar. *Relatos de fronteiras: fontes para a História da Amazônia, séculos XVIII e XIX*. Belém: Editora Universitária/UJFA, 1999, p. 97-99.

17 Sentence du Conseil fédéral suisse dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil du 1er décembre 1900. Berna: Imprimerie Staempfli.

18 DU REAU, Tancrede. *L'affaire de Mapá et le Contesté franco-brésilien : dernières prétentions françaises en Amérique du sud*. Dissertação de história, Universidade de Aix-Marseille I, 2000.

19 Crise política que abalou a França de 1894 a 1906, depois da prisão de um oficial do Exército judeu falsamente acusado de traição à favor da Alemanha. A França foi dividida em dois campos, a favor da inocência ou da culpabilidade de Dreyfus. Depois de um processo manipulado, Dreyfus foi aliás internado na Guiana francesa, de onde foi solto em 1899 antes de ser definitivamente reconhecido inocente em 1906.

A Guiana constituía para a França uma colônia maldita, com a qual não sabia o que fazer depois da abolição definitiva da escravidão em 1848. Retomando uma velha ideia da Revolução francesa, que fizera da Guiana francesa um lugar de exílio para oponentes políticos, o novo imperador dos franceses, Napoleão III, fez da velha e ainda insalubre colônia um lugar de deportação a partir de 1855, tanto para povoá-la como para afastar criminosos do território metropolitano, como fez o Reino Unido com a Austrália. Assim apareceram os famosos presídios de Saint-Laurent du Maroni e das Ilhas da Saúde. Mas o imperador francês, como alguns governadores coloniais e jornalistas econômicos, tinha percebido o interesse dessa colônia marginal numa Amazônia cada vez mais promissora para o comércio internacional, principalmente de borracha. Assim, ministros e governadores concordavam em afirmar, por exemplo, que a posse do Território Contestado não tinha a menor utilidade para a França sem o acesso ao Amazonas permitido pelo rio Araguari²⁰.

Isso pode explicar a inflexibilidade francesa na reivindicação sobre a determinação deste rio como fronteira: a posse do Território Contestado, tão insalubre e despovoado como a Guiana francesa, não oferecia interesse próprio. Portanto, recuperar só a parte ocidental até o rio Calçoene, como propuseram os brasileiros para afastar os franceses do Amazonas, só aumentaria a parte insalubre e improdutivo da Guiana francesa, que constituía um peso morto na política colonial francesa. O acesso ao Amazonas permitido pela fronteira no rio Araguari constituía assim o único modo de inserir a Guiana francesa dentro de uma globalização nascente, facilitando o comércio francês com um Brasil amazônico chamado para um grande futuro²¹. Mas também é porque a Amazônia e a América do Sul não constituíam prioridades na sua política comercial e colonial que a França, ao contrário do Brasil, não se envolveu muito política, militar e demograficamente; isto provocando fortes decepções entre governadores e exploradores, bem conscientes das possibilidades de uma Guiana francesa alargada até o Amazonas²². Mas os brasileiros, que a pressões estadunidenses tinham forçado a aceitar a internacionalização da navegação no Amazonas em 1867, não estavam dispostos a aceitar o novo golpe na soberania que constituiria a perda do Contestado até o Araguari. O objetivo maior era, portanto, afastar os franceses do Amazonas, mesmo que para isso tivessem que sacrificar uma parte do Contestado, cedendo sobre uma fronteira no rio Calçoene como eles propuseram sem sucesso em 1855.

Desafios de afirmação nacional

Mais que interesses econômicos, o Brasil, cujos investimentos ao contrário dos franceses e britânicos eram pouco importantes nessa área fronteiriça, tinha objetivos políticos de afirmação nacional. A república, que foi instaurada depois de um golpe militar em 1889, encontrava-se politicamente contestada, e o Brasil continuava sacudido por forças centrífugas, a exemplo da rebelião de Canudos. O problema do Contestado seria utilizado como propaganda política para consolidar uma república ainda incerta graças a um desafio territorial confinado a uma parte ainda marginal do território nacional, frente a um país, a França, considerado como um modelo, mas que também era uma das principais potências imperialistas da época²³.

20 Arquivo departamental da Guiana francesa, série D40/5 (relações econômicas com Portugal e Brasil).

21 SILVA, Joaquim Caetano da. *L'Oyapoc et l'Amazone, question brésilienne et française*. Paris: A. Lahure, 1861, 3a edição, 1899; e Arquivo departamental da Guiana francesa, série D40/5 (relações econômicas com Portugal e Brasil).

22 DU REAU, op. cit.

23 QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas, in GOMES, Flávio dos Santos (dir.), *Nas terras do Cabo Norte*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 319-347.

É por isso que, retomando o nacionalismo quase paroxístico da imprensa paraense, o Território Contestado sendo tirado da província do Pará pelo acordo de neutralização de 1841, a jovem república fez pressões sobre uma população local composta em grande parte de sujeitos considerados pelas autoridades da época como marginais que, por ser geralmente de origem brasileira, procuravam na verdade escapar da soberania do seu Estado: fugitivos, garimpeiros, quilombolas²⁴.... Além do mais, depois do conflito de Mapá em 1895, Veiga Cabral, chefe local autoproclamado, foi elevada à estatura de herói nacional frente à invasão francesa, cuja bravura e determinação permitiram a solução definitiva deste litígio a favor do Brasil²⁵. Seu nome está honrado por uma rua em várias cidades do Brasil, e estatuas foram erguidas tanto em Mapá (agora cidade de Amapá no Estado de mesmo nome) como em Macapá. A mitificação deste herói nacional, enquanto seu papel – sem negar a importância – talvez fosse bastante oportunista²⁶, permitia acima de tudo ao governo brasileiro de soldar uma nação ainda dividida e fazer esquecer o fraco desenvolvimento econômico na região²⁷. Os franceses, seguros demais em relação aos direitos que estimavam seus, num território que reivindicavam sem dominá-lo, não perceberam a motivação nacionalista dos brasileiros, e até tentaram incentivar – informalmente, é claro – o povoamento do território a seu favor, porém nada fizeram para legitimar uma presença bastante fraca.

Desafios expansionistas?

Além disso, será que os brasileiros também tinham um objetivo expansionista com a posse do Território Contestado, prelúdio a uma anexação da Guiana francesa inteira? Essa acusação foi muito difundida entre os guianenses, tanto entre o povo como entre os historiadores da primeira metade do século XX²⁸. Lembramos que o problema fronteiriço já tinha provocado uma primeira invasão da Guiana inteira por parte de Portugal em 1809-1817; os portugueses a devolveram aos franceses, mas esse fato constituía para os guianenses um precedente que fatalmente um dia teria que ocorrer novamente. Na verdade, este expansionismo brasileiro ainda temido nos países fronteiriços do Brasil, parece no caso da Guiana francesa só se tratar de representações (e obsessões) fantasmáticas. A invasão da Guiana em 1807 ocorreu, de fato, mas se inscrevia dentro de um contexto de rivalidade franco-inglesa e das guerras napoleônicas, a Guiana francesa sendo como um peão que o rei de Portugal D. João VI devolveu sem discutir (embora pressionado pelos ingleses e o alto custo da ocupação) depois da queda de Napoleão 1°. As historiografias francesas²⁹ e brasileiras³⁰ estão de acordo quanto a exonerar o Brasil de objetivos expansionistas, apesar do desejo de

24 CARDOSO, Francinete dos Santos. *Entre Conflitos, Negociações e Representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém: mestrado NAEA/UFPa, 2003.

25 QUEIROZ, op. cit., p. 338.

26 RAIOL, op. cit., p. 206.

27 ROMANI, Carlo. « O "massacre" do Amapá, a guerra imperialista que não houve », *C.M.H.L.B. Caravelle* n° 95, Toulouse, 2010. p. 111-114.

28 LAPORTE, Paul. *La Guyane des écoles*. Caiena: Imprimerie Corps 1915, reedição Atipa (Caiena) /Karthala (Paris), 1983; e HENRY, Arthur. *La Guyane, son histoire 1640-1946*. Caiena: Laporte, 1950.

29 MARTINIÈRE, Guy. « L'indépendance des Amériques et la Révolution française : l'enjeu géopolitique des Caraïbes aux Guyanes », *Cahiers des Amériques latines* n° 5, Paris, 1987; SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809, la conquête de la Guyane par les Portugais du Brésil*. Paris: Karthala, 2003; e GRANGER, Stéphane. *La Guyane et le Brésil, ou la quête d'intégration continentale d'un département français d'Amérique*. Tese de geografia IHEAL, Paris III 2012.

30 LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1908, nova edição José Olympio, Rio de Janeiro, 1945; REIS, Artur César Ferreira. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953, 31 p.; GOYCOCHÉA, Luis Felipe de Castilhos. *A diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Ltda, 1963; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *A última página do Gênesis: a formação territorial do Estado brasileiro na Amazônia oriental: o caso do Amapá*. São Paulo: tese de geografia USP, 1997. Entre outros...

alguns administradores e diplomatas luso-brasileiros da época, tanto pela falta de interesse estratégico da Guiana francesa como por causa de uma cultura predominantemente francesa e crioula. Este fato teria impedido uma inserção dentro de um projeto nacional ainda frágil, como mostraram, na época, contestações como a Revolução pernambucana e os combates decorrentes da proclamação da independência, como mais tarde a Cabanagem ou a Farroupilha.

É verdade que a América portuguesa triplicou em 1750 sua superfície pelo tratado de Madri, que viu os espanhóis conceder um espaço amazônico a eles atribuído pelo papa em 1494 (tratado de Tordesilhas), graças à clausa do *uti possidetis*. Depois, o Brasil independente conseguiu vários ajustes territoriais a seu favor, graças à atuação do diplomata barão do Rio Branco: o objetivo era a adequação do território com seu povoamento e seus limites míticos definidos no século XV como a “Ilha Brasil”, ou seja a reunião das bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas. Toda a expansão brasileira dos séculos XVI e XVII, em direção ao Paraguai e o Uruguai, alcançava esse objetivo³¹. Como também a cessão – um pouco forçada na verdade – do território do Acre pela Bolívia em 1903 explicava-se, além de um povoamento que se tornou majoritariamente brasileiro, por uma integração às redes fluviais e comerciais do Brasil³². Mas a Guiana francesa, como as Guianas inglesa e holandesa (Suriname), não pertence à bacia amazônica: todos os rios estão voltados ao Atlântico, por isso nunca foi percorrida pelos bandeirantes no século XVII, nem cobiçada pelas autoridades portuguesas. Finalmente, parece que nunca interessou o Brasil, pela falta de comunicação naturais, ao contrário do Acre. Mas a eventual extensão até o rio Araguaí permitia aos franceses um acesso ao estuário do Amazonas, que fragilizava o território para os brasileiros que queriam apoderar-se da totalidade da bacia do grande rio.

O verdadeiro motivo, porém, da insistência dos brasileiros a recuperar este território entre Oiapoque e Araguaí, além dessa hegemonia desejada sobre o Baixo-Amazonas, era que a posse, segundo eles, tinha sido internacionalmente reconhecida pelo tratado de Utrecht em 1713, com o apoio da Inglaterra, no momento dominante. Enfraquecidos pelas guerras na Europa, nunca os franceses teriam conseguido dos portugueses uma fronteira, no Araguaí, tão perto do Amazonas. Por isso não tinham legitimidade ao alegar a posse deste território, sobretudo porque o tratado de Paris de 1817 tinha sido claríssimo em relação à definição do rio Oiapoque como limite³³. Por isso, tratando sobre a arbitragem helvética de 1900 que atribuiu definitivamente o Contestado ao Brasil, a historiografia brasileira usa o termo “laudo suíço” enquanto a francesa evoca o “traité de Berne” (tratado de Berna). Isso mostra que para o Brasil, a incorporação do Território Contestado não foi uma manifestação de expansionismo mas sim de uma decisão de justiça, pelo reconhecimento oficial de uma injustiça que tirou da soberania brasileira um território que lhe tinha sido atribuído duas vezes com tratados internacionais, em 1713 e 1817³⁴.

Este laudo de 1900, que marca o triunfo das reivindicações brasileiras, com um modo pacífico frente a uma das maiores potências da época, também foi o produto de um pensamento geopolítico particular, que fez do *uti possidetis* a teoria de origem não somente

31 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Brasília : Revan, 1985, p. 38 ; e DROULERS, Martine. *Géohistoire du Brésil*. Paris: PUF, 2001, p. 25 e 64-71.

32 Barão de RIO BRANCO, in : RIVIERE D'ARC, Hélène, La formation du lieu Amazonie au XIXe siècle, *Cahiers des Amériques latines* n° 18, Paris, 1978, p. 204; e MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria, imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP 1997, p. 270. .

33 RIO BRANCO, op. cit.

34 GRANGER, op. cit., p. 399. Aliás, diferença semelhante ocorre no caso do Acre, normalmente abordado na historiografia brasileira como “Tratado de Petrópolis” ou a “Questão do Acre”, mas que na historiografia boliviana é tratado como “Guerra do Acre”.

da anexação do Contestado ao Brasil, como da influente escola brasileira de geopolítica que marcou o continente sul-americano durante a Guerra fria, contribuindo também a difundir a imagem de um Brasil expansionista para os Estados vizinhos.

AS CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS E NO IMAGINÁRIO DO CONFLITO

O laudo suiço: triunfo da visão geopolítica brasileira

A arbitragem aceita pelas duas partes ocorreu em Berna, capital da Suíça, de 1899 a 1900. A França mandou representantes que não conheciam o terreno (fora um ex-governador da Guiana), mas que se apoiavam nos trabalhos do grande geógrafo Paul Vidal de La Blache. Este se dedicou a comprovar, com argumentos científicos e toponímicos, que o rio “Japoc ou Vicente Pinção” do tratado de Utrecht não era o Oiapoque, mas sim um braço agora enlameado do Araguari, que na época era atlântico e por isso podia ter sido escolhido como fronteira, já que deixava o Cabo do Norte aos portugueses, como mencionado³⁵. Mas sua argumentação era enfraquecida pelo fato dos franceses, em dois séculos de litígio, terem alegado vários rios entre Oiapoque e Amazonas como “Japoc ou Vicente Pinção” (Cassiporé, Calçoene, Araguari, Carapaporis, Maiacaré...), enquanto o Brasil só identificou o Oiapoque.

É provavelmente por esse motivo que o diplomata brasileiro Rio Branco, vindo com duas memórias em nove volumes redigidos diretamente em francês, e dois atlas com 150 mapas anteriores ou contemporâneos do tratado de Utrecht, não se contentou com os únicos argumentos científicos: seu objectivo era mais de convencer a plateia da incoerência da posição francesa e da falta de legitimidade de suas reivindicações com bases históricas. Assim, demonstrou com sucesso que o Araguari, sendo um afluente do Amazonas, os franceses não podiam reivindicá-lo como fronteira³⁶. Mas frente a um esperto geógrafo, seus argumentos também foram históricos e demográficos: tentou comprovar, com mapas, toponímia, testemunhas, relatórios de viagem inclusive franceses, a anterioridade do povoamento luso-brasileiro na região. Aplicava assim novamente a teoria do *uti possidetis*, enquanto nenhum documento mencionava a presença antiga de franceses na região. Além disso, argumentos econômicos mostravam um território entre Oiapoque e Araguari com relações comerciais com o Pará maiores do que com a Guiana francesa. Vidal de La Blache também podia usar este último argumento, já que Cunani e Calçoene tinham laços privilegiados com Caiena (doc. 3), mas ele o recusou neste momento por julgá-lo pouco importante³⁷.

Portanto, o grande geógrafo francês não convenceu os juizes suiços. Estes, provavelmente afogados debaixo da abundância de mapas e documentos, mas apoiados por especialistas, começaram o julgamento resumindo todos os argumentos toponímicos e cartográficos tanto franceses como brasileiros. Mas depois também tomaram, como Rio Branco, os argumentos historico-demográficos, como o apoio britânico a Portugal nas negociações de Utrecht, o que implicava que jamais os portugueses teriam admitido o Araguari como fronteira, por ser perto demais do Amazonas. Acima de tudo, concluindo antes da sentença, o último motivo exposto foi a ocupação efetiva da maior parte do território por cidadãos

35 *Réponse du Gouvernement de la République française au mémoire des Etats-Unis du Brésil sur la question de frontière soumise à l'arbitrage du gouvernement de la confédération suisse*. Paris: Imprimerie Nationale, 1899.

36 RIO BRANCO, op. cit., e *Sentence du Conseil fédéral suisse dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil du 1^{er} décembre 1900*. Berna: Imprimerie Staempfli.

37 *Réponse du Gouvernement de la République française au mémoire des Etats-Unis du Brésil sur la question de frontière soumise à l'arbitrage du gouvernement de la confédération suisse*. Paris: Imprimerie Nationale, 1899.

brasileiros³⁸. Rio Branco conseguiu comprovar que os franceses não ocupavam o território que reivindicavam, a ocupação efetiva do Território Contestado tinha sido um argumento decisivo a favor do Brasil, como tinha sido em 1750 no tratado de Madri.

Assim, o laudo suíço é mesmo uma vitória diplomática brasileira permitida pelo uso do *uti possidetis*. Mas os franceses podiam usar o mesmo argumento para obter o Contestado pelo menos até o Calçoene, pois esse rio parecia o limite entre zonas de povoamento majoritariamente francês e brasileiro. Aliás, se a argumentação de Rio Branco é claramente convincente, e que do lado francês o engenheiro-geógrafo Jean Hurault, do Instituto Geográfico Nacional³⁹, também acreditava na tese do Oiapoque como o rio definido em Utrecht⁴⁰, vários documentos portugueses mencionavam o “Japoc ou Vicente Pinção” como o rio Calçoene⁴¹, fato alegado pelos franceses no tratado de 1797, e também admitido pelos brasileiros nas negociações de 1855. Mas os franceses não o reclamaram: para que servia para eles uma Guiana não se estendendo até o Amazonas, apesar da presença de jazidas auríferas aliás em via de esgotamento? Fixando-se com o Araguari num rio que de fato nem atingiam, os franceses não tinham chance nenhuma.

Vidal de La Blache, único entre os franceses realmente empolgado por sua missão, parecia nunca ter tido ilusões em relação à natureza do laudo: tinha percebido que o Contestado já tinha sido sacrificado pela França e que os argumentos maiores não seriam científicos⁴². Foi de fato uma concepção mais humana, mais política também, aquela do brasileiro Rio Branco, que prevaleceu sobre a mais científica e clássica, de Vidal de La Blache⁴³. Assim aplicada com sucesso, foi usada depois pelos geopolíticos brasileiros do século XX como Everardo Backheuser⁴⁴ ou os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, mas também pelo próprio Vidal de La Blache quem, na sua obra última, *La France de l'Est*⁴⁵, redigida para os aliados da França na 1ª Guerra mundial para convencê-los da necessidade de integrar novamente a Alsácia à França no caso da vitória. Esta região, antigamente francesa, mas de fala germânica, tinha sido anexada ao império alemão depois da derrota francesa de 1871, mas o presidente estadunidense Wilson parecia não concordar com a volta dessa região à França, por ser culturalmente germânica. Então Vidal de La Blache demonstrou, com argumentos humanos, históricos, políticos e econômicos, por que esse território fazia mesmo parte da França e tinha que se juntar a ela novamente, mostrando como Rio Branco em Berna, a existência de redes urbanas antigas ligando-a ao leste da França. Com o mesmo êxito que o diplomata brasileiro, mesmo que ele não tenha sido o único responsável. Será que Rio Branco e sua argumentação sobre o Território Contestado teriam influenciado o grande geógrafo francês?

Pois o fracasso francês de Berna parece ter permitido da parte de Vidal de La Blache a tomada de consciência da necessidade de incluir os fatores humanos, os fluxos geopolíticos e os desafios geopolíticos na geografia, o que efetivamente fez a partir de 1902, quase permitindo a emergência de uma escola francesa de geopolítica, mas que não se concretizou devido à falta

38 *Sentence du Conseil fédéral suisse dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil du 1^{er} décembre 1900*. Berna: Imprimerie Staempfli.

39 Foi o mesmo Jean Hurault quem demarcou a fronteira entre o sul da Guiana francesa e o Brasil na linha divisora das águas, em 1956 e 1962.

40 HURULT, op. cit., p. 51.

41 GOMES/QUEIROZ/COELHO, op. cit., p. 95-96.

42 VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Le contesté franco-brésilien, *Annales de Géographie* volume 10 n° 49, notes et correspondance, Paris, 1901, p. 68-70.

43 OLIVEIRA, op. cit.; e MERCIER, Guy. La géographie de Paul Vidal de La Blache face au litige guyanais : la science à l'épreuve de la justice, *Annales de Géographie* n° 667, maio-junho de 2009, Paris, p. 294-317.

44 BACKHEUSER, Everardo. *Geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

45 VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de l'Est*. Paris: Armand Colin, 1917 (reedição La Découverte, Paris, 1994).

de posteridade após sua morte pouco depois da publicação dessa obra⁴⁶. É plausível que o debate Vidal de La Blache contra Rio Branco fosse um dos elementos fundadores da geografia e da geopolítica do século XX. Porém, a cientificidade assumida pelo geógrafo francês não parece ter sido a única responsável pela derrota diplomática francesa. A França precisava do Brasil como apoio para suas ambições comerciais sul-americanas, e, como ele tinha adivinhado, esse grande mercado talvez fosse suficientemente importante para sacrificar a extensão da Guiana, colônia penitenciária cuja dimensão amazônica para os intercâmbios econômicos nunca foi percebida pelas autoridades francesas⁴⁷.

As consequências políticas: afirmação de soberania nas fronteiras brasileiras

Anexado ao Estado do Pará, enquanto seus moradores queriam constituir um Estado distinto dentro da Federação brasileira, o Contestado foi o objeto nos anos 1920 de uma vontade de afirmação de soberania nacional, depois da visita do famoso general e explorador Cândido Rondon. Este decidiu rebatizar os topônimos de origem francesa para combater uma influência francesa que ele achava forte demais, inclusive entre os índios⁴⁸. Assim, o povoado de Martinica, na margem agora brasileira do Oiapoque, foi rebatizado Vila Rica do Espírito Santo do Oiapoque em 1927, tornando-se o município mais setentrional do Brasil. O Brasil precisava reapoderar-se deste espaço em uma margem ameaçada pela influência de uma França mais atraente pelo nível de vida, aliás uma preocupação frequente por parte de muitos políticos locais e nacionais⁴⁹, prova de uma certa desconfiança em relação à Guiana francesa.

As vontades autonomistas dos moradores do ex-Contestado só se concretizaram, parcialmente, em 1943, quando o presidente Vargas, desejando proteger as fronteiras mais sensíveis do Brasil, decidiu a criação de territórios tampão, os Territórios Federais, militarizados e diretamente administrados pelo governo federal. Acabando de declarar a guerra à Alemanha nazista e temendo que essa, ocupando a metrópole francesa, utilizasse a Guiana francesa para agredir o território brasileiro, ele separou do Pará o ex-Contestado mais a margem esquerda do Amazonas com Macapá para constituir o Território Federal do Amapá, que quase cercava a Guiana francesa⁵⁰ (doc. 1). Mas o objetivo era só defensivo, apesar de Vargas já ter concebido um projeto de ocupação preventiva da Guiana depois da conferência da Havana em 1940⁵¹, mas o alinhamento da Guiana francesa à França Livre do general De Gaulle em 1943 tornou inútil essa opção⁵².

A parte do Brasil fronteira da Guiana foi assim administrada desde a remota capital, Rio de Janeiro, enquanto a Guiana francesa, que ascendeu em 1946 ao estatuto de departamento francês do ultramar (isto é, parte integrante da França, como o Havaí dentro dos

46 LACOSTE, Yves. *A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus Editora, 1997, p. 117-119.

47 DU REAU, op. cit.; e GRANGER, op. cit., p. 399.

48 RONDON General Cândido Mariano da Silva. *Inspecção de fronteiras, relatório do general-inspector*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1927, p. 21.

49 RAIOL, op. cit.; e POLICE, Gérard. *Éudorado : le discours brésilien sur la Guyane française*. Matoury, Guiana francesa: Ibis Rouge, 2010.

50 PORTO, Jadson. *Amapá, principais transformações econômicas e institucionais 1943 a 2000*. Macapá, editado pelo autor, 2006, p. 48-49.

51 Cúpula Estados Unidos-América Latina, em 30 de julho de 1940, que aprovou a possibilidade para os Estados vizinhos de colônias europeias envolvidas na Segunda Guerra mundial – caso do Brasil com a Guiana francesa – de ocupá-las preventivamente.

52 ELY, Roland. Brazilian presence in the Guianas: João VI to João Figueiredo, 1807-1985. *Revista/Review interamericana*, Puerto Rico n° 1-4, 1999, pp. 145-168; e GRANGER, op. cit., p. 408 e 537.

Estados-Unidos), se encontrava ainda mais na órbita de Paris. Essas mudanças institucionais fizeram esses dois territórios vizinhos afastarem-se politicamente durante várias décadas, tornando os centros de decisões distantes milhares de quilômetros. Assim pode-se reparar o impacto da presença francesa próxima do Amazonas na construção territorial do Brasil: foi para conter os franceses, já à origem da fundação de S. Luis em 1609, que foram fundadas as cidades de Belém em 1616, Macapá, onde foi erguida a maior fortaleza da América Latina em 1738, e o território do Amapá em 1943, que se tornou Estado da Federação em 1988.

A Guerra Fria e a junta militar que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985 permitiram outra concretização das teses da geopolítica brasileira: percebendo como Rio Branco os desafios do povoamento e das conexões às redes econômicas nacionais do tão grande e despovoado território amazônico, os generais aceleraram sua exploração e integração a fim de evitar qualquer reivindicação sobre uma parte afastada do território ou suas fronteiras⁵³. A integração passando pela cooperação com os Estados vizinhos, chegaram até à assinatura de um Tratado de Cooperação Econômica em 1978 com os outros Estados amazônicos, mas do qual a Guiana francesa foi excluída como “possessão colonial” de um país europeu que podia, portanto, interferir em assuntos amazônicos. A Guiana francesa ficou assim fora das políticas de integração regional, às quais seu estatuto francês impedia de integrar-se, e por isso totalmente ignorada pela diplomacia brasileira. Além disso, ainda existem suspeitas por parte de alguns oficiais do Exército brasileiro ou da população local de um expansionismo francês e até europeu em direção à Amazônia, para tirá-la da soberania brasileira⁵⁴. Como nos tempos do Contestado, a suspeita prevalece em relação à presença francesa, mas pelo menos essa garante a estabilidade dessa fronteira⁵⁵, e agora as parcerias propostas pela União Europeia estão tornando o vizinho guianense atrativo pelo estatuto europeu, como veremos.

As consequências no imaginário dos franco-guianenses: temor e sentimento de assédio

Mas foi na Guiana francesa que as consequências das peripécias do Contestado franco-brasileiro foram as mais importantes para a população. Os franco-guianenses consideraram terem sido vencidos não por culpa própria, mas sim pela incompetência que sempre caracterizou a atitude das autoridades francesas desde o começo do problema até o laudo suíço. O Contestado era considerado parte integrante da Guiana francesa, então os franco-guianenses ressentiram – e ainda se percebe até hoje – um temor em relação a um Brasil, pelo qual a anexação desse território só constituía as primícias de uma ocupação da Guiana francesa inteira, como já tinha ocorrido entre 1809 a 1817, que foi, portanto, um precedente⁵⁶... Então, fora da zona fronteira isolada do resto da colônia, as relações nunca se desenvolveram com este vizinho considerado ameaçador. A Guiana francesa manteve assim pouquíssimas relações com seu vizinho brasileiro, apesar de jornalistas e economistas comprovar em artigos a possível situação de cabeça de ponte francesa da Guiana na América do Sul, o que na época não era uma prioridade da França. Situação que também se explica pelo

53 SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967; e MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

54 POLICE, op. cit., p. 100-101; e GRANGER, op. cit., p. 508-511.

55 A Guiana ex-britânica e o Suriname tiveram uma evolução política nitidamente marxista e terceiro-mundista depois das independências nos anos 60 e 70, o que preocupou muito o Brasil quando o Exército francês mantinha a Guiana francesa no lado ocidental. Atualmente, as fronteiras com Peru, Colômbia e Venezuela ainda estão atravessadas por guerrilheiros e traficantes, daí o projeto *Calha Norte* de defesa e integração das fronteiras.

56 HENRY, op. cit., p. 269-271; e MAM LAM FOUCK Serge. *Histoire générale de la Guyane française*. Matoury: Ibis Rouge, 1996, p 35.

fato da cidade fronteira de Saint-Georges ter sido afastado do resto da Guiana e da capital, Caiena, pela falta de estrada, que só foi realizada em 2003 (demora explicada pelo medo dos fluxos migratórios brasileiros, que não esperaram por essa estrada para migrar para Caiena ou Kourou...) Uma exceção nesta ignorância mútua, porém: durante a Segunda Guerra mundial, quando a Guiana francesa foi separada da metrópole pelo bloqueio alemão, foi abastecida pelo Brasil, o Pará principalmente, graças a seu ouro, situação que terminou com o fim da guerra e a transformação em departamento ultramarino⁵⁷.

Assim, é significativo que as obras e artigos sobre a Guiana francesa, sejam eles de informação ou científicos, falam em “amputação do território” ou da “perda de 240.000 km²” ocorrida em 1900 com a anexação do Contestado ao Brasil. Mas vimos que não foi o caso: o Contestado não pertencia oficialmente a nenhum dos países, a Guiana francesa só perdeu na verdade um território potencial que lhe pertenceu somente entre 1797 e 1810. A verdadeira amputação ocorreu, portanto, em 1810, com a retificação territorial decorrente da ocupação portuguesa.

Mas por causa disso a suspeita de expansionismo brasileiro em relação à Guiana francesa ainda está viva, localmente confortada por uma imigração clandestina muito forte, explicada pelas diferenças de desenvolvimento e a porosidade da fronteira: talvez 25.000 brasileiros, numa população de 225.000 franco-guianenses em 2009⁵⁸. Por isso também estão mencionados em várias obras sobre a Guiana francesa tanto a contestação pelo Brasil ou o Amapá da fronteira no Oiapoque, como o suposto desejo do Brasil de anexar a Guiana francesa no caso de se tornar independente⁵⁹. Lembramos, em primeiro lugar, que foram os brasileiros que pediram com insistência a ereção de marcos de fronteiras na linha divisora das águas separando o sul da Guiana francesa do Brasil, e, em segundo, a Guiana agora é mais útil ao Brasil como receptáculo para a emigração das populações carentes do Amapá e do Pará e território europeu perto, permitindo, em teoria, relações econômicas facilitadas com a França e a União Europeia. Foi o argumento proclamado pelos presidentes da França, Jacques Chirac, e do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, quando se encontraram na cidade guianense fronteira de Saint-Georges em 1997 e decidiram, à sugestão dos governadores do Amapá e da Guiana francesa, a construção de uma ponte por cima do rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana francesa. Ponte que aliás acirrou os temores de invasão por uma certa parte da população da Guiana francesa, para quem os imigrantes são os cavalos de Tróia de uma futura invasão brasileira.

Mas, na verdade, a situação não tem nada comparável com as fronteiras meridionais do Brasil, onde os brasileiros compraram muitas terras e fazendas, incorporando regiões inteiras destes Estados aos circuitos econômicos brasileiros. Tal integração econômica não se verifica na Guiana francesa, protegida pelos estatutos franceses e europeus, e onde a população brasileira parece não querer se fixar definitivamente; também não tem investimentos brasileiros, nem por parte dos migrantes, fora do caso particular da garimpagem clandestina no interior e no sul do departamento. Aliás, se esta última situação lembra o caso do Acre (os brasileiros são provavelmente majoritários nessas partes da Guiana como no interior e no sul do Suriname vizinho), não provoca nenhuma reivindicação por parte do Brasil, que pelo

57 GRANGER, op. cit., p. 418-419.

58 Estimativa da INSEE, Instituto Nacional francês da Estatística.

59 Entre outras obras podemos destacar: *La Guyane*, de Patrice MOUREN-LASCAUX (Paris: L'Harmattan, 1990), cuja capa mostra aliás migrantes brasileiros; o historiador franco-guianense Serge MAM LAM FOUCK (op. cit.), *Pourquoi maintenir les DOM dans la République française ?* de Sabine MIEVILLY (Matoury: Ibis Rouge, 2002), e o artigo de Jean-Pierre DOUMENGE na revista *Géo* n° 274 de dezembro de 2000, Paris: « Une galaxie de destins encore incertains », acusando abertamente o Brasil de querer anexar a Guiana francesa.

contrário colabora – embora timidamente – com as autoridades francesas.

Outros boatos frequentes provêm deste terreno: por exemplo, ainda é comum na Guiana francesa ouvir que esta fica incluída dentro dos mapas oficiais do Brasil. E verdade que isso aconteceu (junto com as outras Guianas) com mapas imprecisos, pouco científicos ou sérios, mas este boato provavelmente tem sua origem nos mapas brasileiros do final do século XIX, que, não reconhecendo a existência de um território neutralizado, o representavam como uma parte integrante do território brasileiro⁶⁰. Será que houve no inconsciente coletivo guianense, uma transferência do Contestado à Guiana francesa inteira no século XX?

Abertura e fechamento da fronteira

Esses temores foram durante muito tempo também compartilhados do lado brasileiro, onde se lembra que as tentativas de invasões também vinham dos franceses, que tinham percebido a importância estratégica do Amazonas tão próximo. Daí a criação do Território Federal do Amapá, seguida pelo reforçamento do quartel de Clevelândia do Norte frente à Guiana francesa em 1943. Backheuser, já citado, também temia a presença francesa tão perto do Brasil⁶¹, como outros geopolíticos, Lysias Rodrigues e Paulo Henrique da Rocha Corrêa, que escreveram livros pedindo que o Brasil compre a Guiana francesa para reforçar a defesa das bocas do Amazonas⁶². Hoje, os franceses ainda são acusados por alguns setores da sociedade de querer espolar o Brasil da Amazônia em nome da luta contra a deflorestação...

Frente a essas suspeitas mútuas herdadas das rivalidades fronteiriças e às lógicas dos grandes blocos, a Guiana francesa (também constituindo uma Região Ultraperiférica da União Europeia, portanto afastada dos intercâmbios econômicos sul-americanos), teve que esperar até 1992 e 1996, quase um século depois da solução definitiva do problema do Contestado, para que fossem assinados acordos de cooperação com o Estado do Amapá, seguidos pelo projeto de ponte binacional ligando as duas margens do rio Oiapoque. Mas sem o apoio da população: além da política de assimilação política e cultural que decorreu do estatuto de departamento francês e de região europeia, a Guiana, pouco produtiva economicamente (vive principalmente dos subsídios franceses e europeus), teme uma absorção dentro de um imenso Brasil ainda conquistador.

O medo dos fluxos migratórios aliás fez a França endurecer as condições de entrada na Guiana francesa, reforçando as condições de obtenção de um visto que nem é pedido para entrar na França, enquanto a UNASUL promoveu a supressão do passaporte e do visto obrigatórios entre países da América do Sul, reforçando o isolamento guianense. Além do mais, os moradores do lado brasileiro da fronteira não podem mais desfrutar da tolerância de passear em Saint-Georges sem visto, tolerância que existia quando não tinha estrada ligando a cidade fronteiriça a Caiena, já que não era possível ir além. O paradoxo é então que o fechamento da fronteira se deve ao fato de esta agora ser acessível desde a parte povoada e desenvolvida da Guiana francesa...

Mas essas migrações, tanto de brasileiros como de haitianos, surinamenses, e agora de colombianos e peruanos, estão provocando, apesar de um sentimento bem real de invasão

60 GRANGER, op. cit., p. 416.

61 BACKHEUSER, op. cit., p. 253.

62 RODRIGUES, Lysias. *Estrutura geopolítica da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: número especial da *Revista do Instituto de Geografia e História militar do Brasil*, 1953; e CORRÊA, Paulo Henrique da Rocha. *O Brasil e as Guianas*, São Paulo: Irmãos Boso Editores, 1965.

(37 % da população⁶³, sem falar nos clandestinos), um processo de “reterritorialização” isto é, os franco-guianenses em questionamento identitário e assistindo à fluxos ilícitos vindos do resto do continente, estão agora percebendo e assumindo sua situação amazônica e sul-americana, e não somente francesa. Aprendendo de fato a conhecer o vizinho brasileiro, estão agora cada vez numerosos a visitar o Brasil⁶⁴, e Salvador, procurada por ser a capital negra do Brasil, até fechou um acordo de parceria cultural com Caiena em 2005. Ao mesmo tempo, à nível nacional, os chefes de estado agora também se reconhecem fronteiriços, já se encontraram duas vezes na fronteira, e a inauguração da ponte do rio Oiapoque deve acontecer em presença dos presidentes Dilma Rousseff e François Hollande.

Porém, a recente admissão da Guiana francesa (embora limitada por causa do estatuto francês) ao tratado de Cooperação Amazônica, a parceria com a União Europeia dentro do Programa Operacional Amazônico associando-a com o Suriname e os Estados brasileiros do Amapá, Pará e Amazonas em 2008, de sua iniciativa, como o encontro também em 2008 na fronteira entre os presidentes francês e brasileiro Sarkozy e Lula, que lá decidiram da criação de uma universidade binacional da biodiversidade da fronteira, mostram que essa fronteira atípica que tanto tempo separou os homens, pode agora ligar a França, e portanto a União Europeia, ao Brasil e o Mercosul, num futuro caracterizado por maiores integrações continentais⁶⁵. A fronteira agora serve como pretexto para uma parceria renovada entre a França e o Brasil, que acabam de se redescobrir como vizinhos, desta vez para o melhor.

Considerações finais

O que fez o conflito franco-brasileiro demorar foi então o desejo de apoderar-se ou proteger o acesso ao estuário do Amazonas, mas em territórios demasiados periféricos para tornar-se uma prioridade nacional. Os guianenses eram de boa fé quando consideravam o Contestado como uma parte da Guiana francesa, já que o oeste do território era povoado de crioulos guianenses e antilheses; portanto perceberam o laudo suíço como uma amputação do seu território, menos de um século após a ocupação portuguesa, e culparam a política brasileira, além da imperícia francesa. No século XX, o aspecto aparentemente expansionista da geopolítica brasileira, concretizada pelo avanço das frentes pioneiras e auríferas, fez a desconfiança aumentar em relação a um vizinho sempre percebido como um potencial invasor, e de onde provem grande parte dos fluxos migratórios. As numerosas expulsões no litoral de imigrantes que voltarão dentro de alguns dias, não estão em condições de alterar este sentimento.

Aliás, é comum ler na imprensa e nos blogs franco-guianenses que a repressão afinal de contas, pouco violenta (apesar dos comentários de uma parte, orientada, da imprensa local⁶⁶) exercida hoje pela Gendarmerie (Polícia militar francesa) e o Exército, que teve dois sub-oficiais mortos a tiro em julho de 2012, contra garimpeiros explorando clandestinamente o ouro no interior guianense, ou pela Marinha francesa contra pescadores ilegais, enquanto o Exército e a famosa Legião Estrangeira podem muito bem defender a base espacial europeia em Kourou, se deve à vontade do Estado francês de não desagradar ao poderoso Brasil;

63 INSEE, Censo da população 2009, Guiana francesa.

64 A Guiana francesa é a Academia (distrito educacional) francesa que tem a maior proporção de alunos estudando o português, e a Reitoria da Educação incentiva com sucesso a criação de parcerias escolares com escolas de Macapá, Belém e até Fortaleza.

65 *Id.*, p. 755.

66 Há quem defenda, entre os políticos amapaenses, a legalização imediata pelas autoridades francesas dos garimpos clandestinos explorados por brasileiros ligados ao setor comercial da cidade do Oiapoque (*France-Guyane*, Caiena, 6 de junho de 2009; POLICE, *op. cit.*, p. 394-397; e GRANGER, *op. cit.*, p. 738.)

em suma, a França, atraída pelo mercado brasileiro, estaria sacrificando a Guiana e suas riquezas para fechar vantajosos acordos econômicos (como vender os famosos aviões de caça Rafale⁶⁷), como em 1900... O Brasil ainda é percebido como o vilão querendo apoderar-se da Guiana francesa aproveitando o desinteresse francês, prova de que os ferimentos dessa história ainda não cicatrizaram. Assim, as representações do Brasil devem-se na Guiana, ao contrário da França metropolitana, a um imaginário decorrente da situação fronteiriça e suas consequências na história.

Mas o processo atual de globalização, que provoca integrações continentais e recomposições territoriais, não podia deixar de lado territórios ao mesmo tempo isolados e estratégicos. A ponte no rio Oiapoque, prevista para ser inaugurada em 2013, representa um símbolo magnífico de uma história dolorosa superada para assumir uma parceira nova, “Norte-Sul” por causa dos estatutos institucionais e geo-econômicos. No mesmo sentido, o monumento erguido na cidade brasileira fronteiriça de Oiapoque no ano 2000, para comemorar o centésimo aniversário da anexação do Contestado ao Brasil, comporta uma placa celebrando a cooperação regional iniciando-se entre Guiana francesa e Amapá (doc. 4). Depois de três séculos de rivalidade e um século de indiferença desconfiante, esses dois territórios, isolados do resto do seu país mas unidos pelo mesmo encravamento em relação ao território nacional, fecham numerosos acordos de parceria que agora envolvem outras partes do Brasil. Mas os políticos franco-guianenses em busca de maiores competências políticas como os políticos amapaenses em busca de um melhor reconhecimento nacional, vão ter que navegar entre interesses locais, regionais, nacionais e internacionais que nem sempre concordam, consequências dos novos desafios de uma vizinhança agora assumida pelos dois Estados nacionais. Como declarou o diplomata brasileiro Marcelo Jardim, quando foi assinado o acordo bilateral sobre a construção da ponte: “França e Brasil, separados pelo Atlântico, estão agora ligados por este território contíguo e o lindo rio Oiapoque⁶⁸.”

67 Entre outros exemplos: Anti-discours sur la coopération régionale Guyane-Brésil, Gérard POLICE, *Blada.com*, http://www.blada.com/chroniques/2008/2803-Anti-discours_sur_la_cooperation_regionale_Bresil-Guyane.htm, 21 de janeiro de 2008 (última consulta 31 de agosto de 2011).

68 In *France-Guyane*, Caiena, 22-23 de março de 1999.

Ilustrações

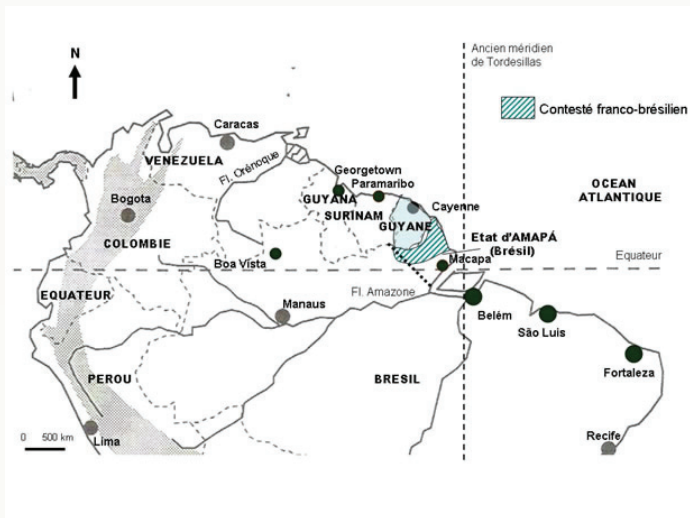


Figura 1. mapa de localização da Guiana francesa e do Contestado franco-brasileiro na América do Sul.

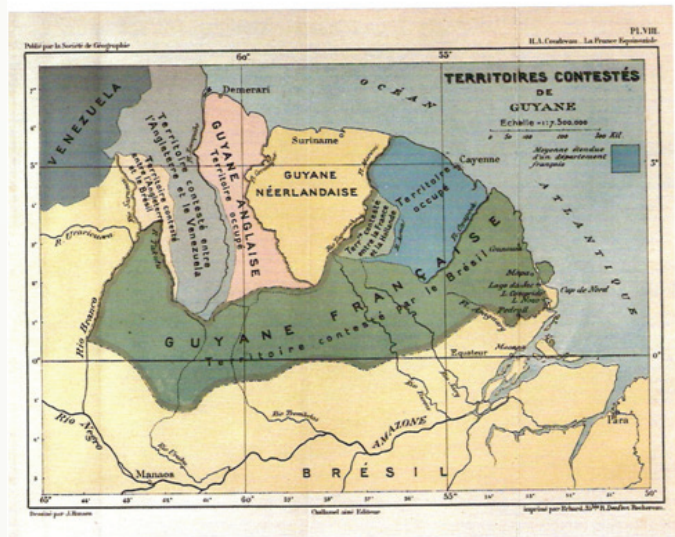


Figura 2. os territórios reivindicados pela França, segundo o explorador Coudreau (fonte : Archives départementales de Guyane).

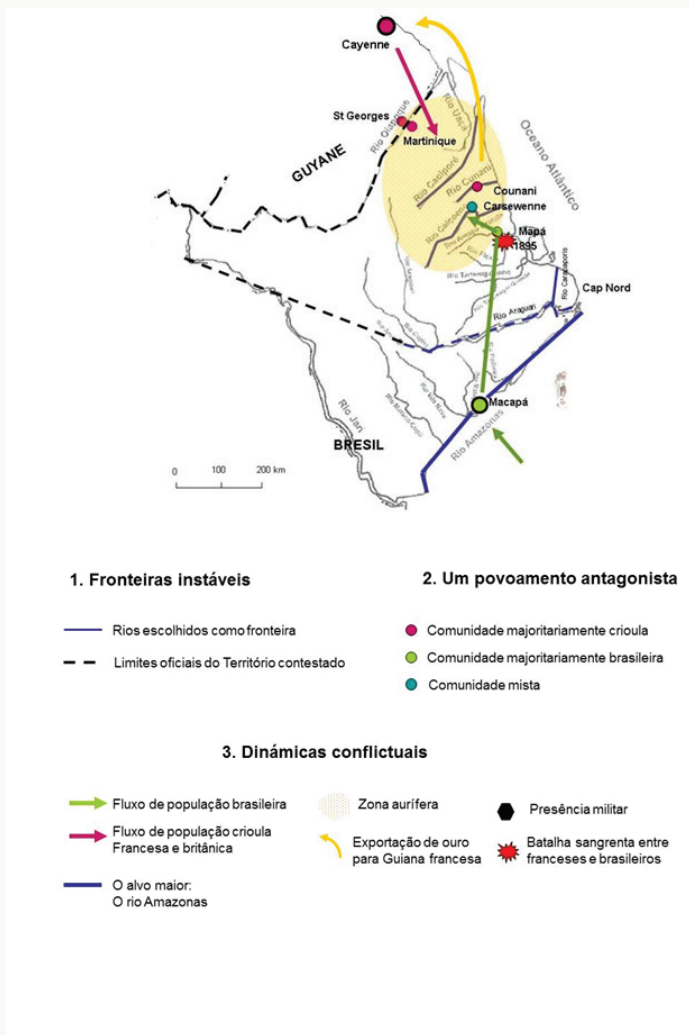


Figura 3. O território contestado e suas dinâmicas (mapa S. Granger)



Figura 4. O monumento comemorando o centenário da anexação do Contestado ao Brasil, em Oiapoque (foto S. Granger). Tem que destacar a forma esculpida da fronteira com as bandeiras nacionais, e a placa celebrando a cooperação regional entre Guiana francesa e Amap